

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Fonseca Figueiredo, Vítor; Gonçalves Silva, Camila
Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira
República (1889-1930)
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 1051-1084
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526887010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930)*

Vítor Fonseca Figueiredo **
Camila Gonçalves Silva ***

Resumo. O artigo analisa os elementos fundamentais à estruturação de um importante fenômeno político brasileiro da Primeira República: o “Coronelismo”. Associado aos resquícios de poder privado e à posse de terras; este fenômeno influenciou todo o funcionamento da política brasileira até 1930. Todavia, pouco se estudou, até então, acerca dos condicionantes necessários ao seu advento. Tal problemática enseja análises sobre o contexto político e econômico capaz de interferir em sua manifestação. As análises possuem como foco o Norte de Minas Gerais, mais especificamente a cidade de Montes Claros, à época, um pequeno núcleo urbano cindido pelas disputas de dois grupos parentelares.

Palavras-chave: Coronelismo; Parentela; Montes Claros/MG.

Family, plantations and power: the basis of ‘coronelism’ in the north of Minas Gerais, Brazil, during the First Republic (1889-1930)

Abstract. The fundamental factors for the structure of ‘coronelism’, an important Brazilian political phenomenon characteristic of the First Republic, are investigated. Although the phenomenon is associated with the historical remnants of private power and land ownership, it has affected the functioning of Brazilian politics up to the 1930s. Scanty research has been developed on the required conditionings of its rise. The issue involved investigation on the political and economical context so that its manifestation could be explained. Current analyses focus on the northern region of the state of Minas Gerais, Brazil, specifically on the town of Montes Claros which at that time was a small urban nucleus fragmented by political struggles between two family-related groups.

Keywords: ‘Coronelism’; Relationships; Montes Claros/MG, Brazil.

* Artigo recebido em 27/04/2012. Aprovado em 24/07/2012.

** Doutorando em História pela UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil. E-mail: ffvitor@msn.com

*** Mestre em História pela UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil. E-mail: camilag7@yahoo.com.br

Família, Latifúndio y Poder: las bases del *coronelismo* en el norte de Minas Gerais, durante la Primera República (1889-1930)

Resumen. El artículo analiza los elementos fundamentales de la estructuración de un importante fenómeno brasileño de la Primera República: el *coronelismo*. Asociado a los resquicios de poder privado y a la posesión de tierras, este fenómeno influyó todo el funcionamiento de la política brasileña hasta 1930. Sin embargo, poco se ha estudiado sobre los condicionamientos necesarios para su advenimiento. Tal problemática requiere un análisis del contexto político y económico capaz de interferir en su manifestación. Dicho análisis posee como objetivo el norte de Minas Gerais, más específicamente, la ciudad de Montes Claros que, en aquella época, era un pequeño núcleo urbano dividido por las disputas entre dos grupos vinculados por parentesco.

Palabras Clave: Coronelismo; Parentela; Montes Claros/MG, Brasil.

Família, terra e coronelismo

Em 1956, durante o “Segundo Seminário de Estudos Mineiros”, o pesquisador Cid Rebelo Horta afirmou: “A História política de Minas Gerais é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo da cena política desde a colônia” (REBELO HORTA, 1986, p.123). Apesar de instigante e polêmica, a afirmação apenas trouxe à tona uma questão há muito conhecida, mas rotineiramente negligenciada. Isto é, a histórica vinculação entre as esferas pública e privada, ou mais propriamente, entre família e política no Brasil.¹

No entanto, o tema abordado não era algo novo, vários estudos já haviam trabalhado a questão. Sérgio Buarque de Holanda (2001) e Francisco de Oliveira Viana (1949) foram alguns dos primeiros a ponderar sobre o assunto.

¹ “Segundo Seminário de Estudos Mineiros”: evento realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1956, que congregou diversos pesquisadores em um ciclo de conferências e debates acerca de diversos temas relativos ao Estado de Minas Gerais. Neste seminário, Cid Rebelo Horta apresentou a tese de que o Estado de Minas Gerais, do período colonial até a década de 1950, teria sido governado por um restrito grupo de 27 famílias distribuídas por todas as regiões do Estado.

Holanda (2001), imbuído de uma perspectiva weberiana, voltada para a racionalização das relações, detectou a associação do público e do privado não apenas como um dos mais negativos legados de nossas raízes ibéricas, mas também como um dos entraves a serem superados para a construção de um país moderno e democrático. Já, Oliveira Viana (1949) também receava a manutenção e perpetuação da estrutura clânica no Brasil. Segundo ele, o clã senhorial superposto às exigências eleitorais deu origem ao clã eleitoral dominado pelas famílias dos grandes potentados espalhados pelo interior do país. Todavia, Viana acreditava que a superação desta situação só viria pela gradual organização de nossas classes sociais sob a forma autoritária de um sistema confederado.

Superar ou organizar, eis as bases das divergências entre Holanda (2001) e Oliveira Viana (1949). No entanto, um ponto em comum pode ser encontrado nas análises dos dois estudiosos, ou seja, o de que a origem do poder político dos grupos familiares no Brasil se deveu a uma base econômica inexoravelmente associada à posse de terras. De acordo com a historiadora Surama Conde Sá Pinto (1998), a publicação de “Coronelismo, enxada e voto”, de Victor Nunes Leal, em 1948, rompeu com as propostas de análise exclusivamente dicotômicas do público e do privado, ao passo que possibilitou a compreensão de uma estrutura política entremeada por relações de favor, dependência e clientelismo cuja base, mais uma vez, remontava à posse de terras.

Na verdade, boa parte dos estudos relativos à política e ao poder local no país, posteriores à obra de Leal, veio ratificar esta informação, e mesmo aquele que dela tentou se desvencilhar incorreu em imprecisões. Um bom exemplo de estudo que procurou romper com a associação entre terra e poder foi o de Amílcar Martins Filho (1981). Após compilar dados biográficos de 545 membros da política mineira do período de 1900 a 1930, o pesquisador

constatou que cerca de 85% deles eram bacharéis. Logo, concluiu que a elite mineira não representou os interesses do café e nem qualquer outro interesse econômico do Estado, sobretudo os ligados à terra (MARTINS FILHO, 1981 apud CÂNEO, 1994, p.14). A conclusão de Martins Filho (1981), no entanto, merece considerações. A primeira ponderação a se fazer é sobre a origem da elite. Boa parte dos políticos mineiros do período era oriunda de extensas e tradicionais famílias do interior do Estado; a maioria proprietária de grandes parcelas de terra onde, por sinal, geravam os recursos necessários para o custeio dos estudos superiores de alguns dos filhos. A segunda ponderação se relaciona ao padrão de carreiras múltiplas detida pelos políticos mineiros, ou seja, ainda que a lida com a terra não fosse a primeira opção de trabalho, muitos não se abstinham de deter propriedades.

No arcabouço político oligárquico da Primeira República, as relações de parentesco com grupos familiares constituintes da elite estadual eram primaciais para o recrutamento político. Embora a historiografia recente pouco tenha avançado no que se refere aos estudos sobre o poder local e sobre as forças das redes parentelares, um bom estudo editado em 1983 foi: “Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar”, da antropóloga norte-americana Linda Lewin. Nesta pesquisa, Lewin adentrou nas intrincadas relações construídas em torno do extenso grupo familiar que amparou a trajetória do Presidente Epitácio Pessoa. Sem deixar o seu lado antropológico, Lewin fez uma bem sucedida incursão no campo da História capaz de revelar a importância das redes familiares na estruturação de um conjunto de relações políticas capaz de abarcar grandes áreas, ou ainda, de interligar áreas periféricas ao centro das decisões político-administrativas do Nordeste e da nação. Nestas análises destaca-se a força dos grupos terratenentes do interior, capazes de controlar os “currais eleitorais”, pois, o sistema político brasileiro do período se pautava num complexo jogo de relações que tinham por base o domínio da terra.

Portanto, tentar dissociar terra e poder no Brasil, mas, especialmente em Minas Gerais, para o período de 1889 a 1930, além de ser uma tarefa difícil é também uma missão arriscada. Seja pela origem, seja pela posse patrimonial ou pelas ligações políticas, foi o domínio da terra que amparou a trajetória de boa parte dos políticos da elite. Ao analisarmos as extensas relações de nossos representantes políticos, da Colônia aos dias atuais, acrescidos de ligeiras notas biográficas, podemos constatar a histórica vinculação entre terra, família e poder. É interessante como até mesmo os políticos cujas carreiras se pautaram em atividades tipicamente urbanas se ligavam, direta ou indiretamente, à posse de terras.

No que se refere, especificamente, à Minas Gerais, de acordo com o historiador norte-americano John Wirth (1982), uma das características dos políticos, inclusive dos bacharéis por formação, era deter a propriedade de pelo menos uma pequena fazenda. Esta, longe de se tornar a principal atividade econômica do indivíduo, serviria como local de descanso durante os recessos parlamentares, além de gerar certa rentabilidade. Não obstante, na maioria dos casos, familiares e amigos dos políticos tinham como principal atividade a produção agropecuária. Havia, ainda, a possibilidade, muito comum, do exercício de carreiras múltiplas, que envolviam tanto as atividades agrárias quanto as públicas e as liberais. Wirth lembra que “alguns dos chefes mais proeminentes do [Partido Republicano Mineiro] PRM dividiam seu tempo entre a prática legal, a administração de fazendas e gerência de bancos e pequenas fábricas” (WIRTH, 1982, p.183).

Segundo Wirth (1982), o apego mineiro às fazendas e as pequenas cidades, longe de constituir uma espécie de provincianismo exarcebado implicava na existência de um forte senso de lugar num mundo em constante transformação. De fato, ao longo dos tempos, as mudanças foram significativas. Com o colapso da mineração no decurso do século XVIII, a

lavoura e a pecuária acabaram se tornando as principais atividades econômicas de Minas Gerais, o que provocou um afluxo populacional dos centros urbanos mineiros vinculados à mineração em direção ao campo e às atividades econômicas relacionadas à terra. Deste modo, processou-se um verdadeiro movimento de ruralização. Conforme dados levantados pela historiadora Maria Efigênia Lage Resende (1982), em 1818, a produção pastoril já respondia por 35% das exportações do Estado e a lavoura por 24%. Em 1898, os números se inverteram consideravelmente, a pecuária detinha 18% e a lavoura 72% (RESENDE, 1982, p.30). Ao que tudo indica, estes números tenderam a se manter estáveis por toda a Primeira República, já que o Censo Agrícola de 1920 apontou a agricultura como a responsável por 81,9% da produção mineira e a pecuária por 17,4% (DULCI, 1999, p.112).

Sendo assim, apesar das peculiaridades regionais, a partir do século XIX, a maior parte da produção econômica de Minas se concentrava em atividades primárias de caráter agropecuário dirigidas por antigas e abastadas famílias cuja atuação remontava, na maioria das vezes, ao período colonial. Não é demais observar que a nomeação de homens de posses para as câmaras coloniais e o sistema de eleição censitário e escalonado do Império atuou decisivamente a favor da inserção política dos membros das grandes famílias produtoras. Com a República a situação não foi diferente. Embora o novo regime tenha instituído a extensão do direito de sufrágio, este processo acabou implicando no recrutamento dos votos de numerosos dependentes dos senhores de terra. Deste modo, as instâncias políticas locais, bem como as representações em nível de Estado e de nação, continuaram a ser domínio, quase incontestado, das oligarquias agrárias. Em Minas, por exemplo, todas as 27 famílias governamentais elencadas por Rebelo Horta se encontravam, desde suas origens, diretamente associadas às lides do campo (REBELO HORTA, 1986, p.123).

Apesar de ter sido um fenômeno constante em toda a história brasileira, foi a partir da República que o nexos: “família, latifúndio e poder” tomou contornos mais nítidos e amplos. Na verdade, esta conjugação de forças passou a depender não apenas das posses e das relações intraelite, mas também de uma miríade de relacionamentos estruturados, tanto em laços de parentesco quanto em pactos de aliança e compromisso, que se irradiavam desde os próceres da elite estadual até o coronel interiorano e o seu mais humilde eleitor. Este tipo de situação, tão característica do período da Primeira República (1889-1930) e tão difundida pelo interior do país, passou a ser conceituada como “Coronelismo”. O termo é uma clara alusão à influência dos potentados, os famosos “coroneis”, em geral, eminências de aldeia, filhos de antigas e importantes famílias que pelo *status* e pela posse de terras se impunham como verdadeiras autoridades.

Todavia, conforme as clássicas reflexões de Victor Nunes Leal (1980), ainda que o coronel constituísse uma importante engrenagem do processo sociopolítico da Primeira República ele apareceu por “casualidade”. O que importava nas análises não era o agente do sistema, mas o funcionamento do sistema como um todo. De acordo com ele: “[...] o que mais me preocupava era [...] a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município” (LEAL, 1980, p.11-14 apud CARVALHO, 1997, p.13). Ainda segundo o pesquisador, a eclosão deste sistema se deu em função da combinação de aspectos, historicamente singulares, resultantes da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, instituído pela Constituição republicana de 1891, a uma estrutura econômica “inadequada”, polarizada entre os detentores de posses e os seus humildes dependentes (LEAL, 1986, p.20).

De fato, dados do Censo Populacional e Agrícola de 1940 apresentam um panorama socioeconômico nacional assinalado pela predominância da

população rural sobre a urbana e um elevado índice de concentração fundiária. Estima-se que, a este período, mais de dois terços da população brasileira ainda vivia no campo, a maioria em condições muito difíceis. Fatores, isolados ou conjugados, relacionados à pequena dimensão das propriedades, às dificuldades de financiamento e escoamento da produção e às adversidades climáticas praticamente inviabilizavam, para a quase totalidade dos pequenos produtores, uma sobrevivência econômica próspera e autônoma. Deste modo, pode se crer que o caminho mais comum ao pequeno produtor ou ao sitiante, tenha realmente sido o de se colocar sob o amparo dos potentados. Estes, por sua vez, poderiam auxiliar de diversas formas, seja oferecendo terra, trabalho e empréstimo, seja adquirindo a produção.

Já se levarmos em consideração outra grande parcela da população, a dos não-proprietários, formada, em geral, por simples trabalhadores, podemos facilmente inferir como a situação era bem mais complicada e propícia à dependência dos senhores de terras. Longe de constituírem desprezíveis relações de favor e amizade ou vínculos estritamente trabalhistas, o que acabava se processando entre sítiantes, lavradores e coronéis eram verdadeiros laços de compromisso. Estes, para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.163), se regiam pela reciprocidade do dom e do contradom. Quer dizer, aos auxílios prestados pelo coronel, sempre havia a pronta retribuição, sobretudo na forma do voto.

O sufrágio, ao contrário dos regimes governamentais precedentes, se revestiu durante a Primeira República de considerável importância, apesar de que a capacidade de amparo dos coronéis, a conjuntura sociopolítica do período era marcada pela decadência do poder privado e pelo fortalecimento do poder público. Assim, os coronéis, que não passavam de denotados, mas remediados senhores, buscavam amparar os resquícios do seu poder, entre eles a capacidade de prestar favores, em instâncias político-administrativas cada vez mais

importantes. Victor Nunes Leal (1986) é enfático com relação a este aspecto e destaca: “Essa decadência é imprescindível para a compreensão do coronelismo, porque na medida em que se fragmenta e dilui a influência “natural” dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio de uma corrente política local” (LEAL, 1986, p.255).

É notório que as condições que possibilitaram o advento do fenômeno do coronelismo oligárquico se encontravam presentes em todo o território nacional, especialmente no interior, nas regiões que apresentavam baixos índices de desenvolvimento urbano. O subdesenvolvimento industrial e comercial, a concentração fundiária, os baixos níveis de escolaridade, as dificuldades de transporte e comunicação, a distância das grandes cidades e da capital faziam dos municípios interioranos verdadeiros protetorados dos senhores de terras. Portanto, o hábitat perfeito do coronelismo. De acordo com Leal (1986), a vitalidade deste fenômeno foi inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, já o isolamento era condição essencial para a sua formação e manutenção.

Latifúndio, poder e pobreza no norte de Minas Gerais

Ao analisarmos o coronelismo no Norte do Estado de Minas Gerais, especialmente na região de Montes Claros, é possível perceber como as condições socioeconômicas ao seu desenvolvimento estiveram presentes. A ausência de vias de transporte eficientes, a concentração fundiária, o efeito das secas sobre a população pobre e a relativa estagnação econômica que afligia a região são aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno do coronelismo numa área periférica do Estado. Na última sessão do artigo os embates entre os dois principais grupos de parentela do Norte de Minas nos propiciam um entendimento de algumas das lutas entre os grupos de dois coronéis rivais.

A ausência de vias de transporte, grandes propriedades e mão de obra

Minas Gerais deteve por toda a Primeira República um papel singular, considerado durante a Primeira República um Estado de transição entre o Sudeste desenvolvido e o Nordeste decadente. Em termos políticos, o Estado constituía a principal força da federação ao deter o maior eleitorado e bancada parlamentar, 37 deputados. Número bem distante da representação da segunda força, São Paulo, que contava apenas com 22.

Já em termos econômicos a situação era distinta. Por muito tempo acreditou-se que a economia mineira era decadente, no entanto, estudos apontam para uma perspectiva diversa. Isto é, a economia do Estado, em função da baixa produtividade, da escassez de crédito, da deficiência dos transportes, da diversidade interna de suas regiões e por outros aspectos, teria apresentado, durante a Primeira República, níveis de crescimento irregulares e moderados com relação a São Paulo, mas nunca índices estagnados.

Na realidade, promover o progresso num território de dimensões compatíveis ao da França não era tarefa fácil, principalmente, num território marcado pela diversidade. Formado por cerca de sete mesorregiões, Minas encarnava o que John Wirth (1982, p.41) classificou como o “mosaico mineiro”. A definição, criada na década de 1970, se refere às profundas diferenças geográficas, econômicas e culturais apresentadas entre as diferentes partes do Estado. De acordo com o historiador, longe de constituir um conjunto homogêneo, a diferença é que era a principal marca de Minas.

Realmente, se analisadas isoladamente, podemos perceber como cada região do Estado seguiu trajetórias completamente díspares. A Zona da Mata e o Sul, áreas de ocupação recente, se comparadas com o Norte e o Centro, se dedicaram economicamente à lavoura cafeeira e se tornaram, do século XIX ao início do XX, as regiões mais dinâmicas de Minas. Dada a proximidade, estas regiões gravitavam econômica e culturalmente, na órbita de influência do Rio

de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Já o Triângulo, com moderna produção agropecuária, se ligava ao interior paulista. A região Central, por sua vez, próspera durante o período de exploração aurífera amargou, até o início do século XX, considerável decadência. Por fim, o Oeste e o Norte, áreas antigas e economicamente estagnadas, se comparadas às mais dinâmicas, se dedicavam à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva de corte. Esta última, tradicionalmente, mantinha fortes ligações com o Estado da Bahia.

Tanto cultural quanto economicamente, as forças que atuavam em Minas eram “centrífugas”. Quer dizer, impulsionavam a associação de suas partes com os Estados vizinhos. Por isso mesmo, implantar qualquer plano de desenvolvimento integrado se tornava tarefa praticamente inviável. Segundo Wirth, “cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao Estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos” (1982, p.41).

Não obstante as diferenças intrarregionais, a incipiência e, na maioria das vezes, a ausência de vias de transporte e meios de comunicação que interligassem o interior do Estado impossibilitavam qualquer tentativa consistente de integração. Para se ter uma ideia, o Norte de Minas, até o início da década de 1920, se ligava ao restante do Estado por antigas rotas de tropas de burro. Vias modernas e eficientes como a ferrovia só chegaram à cidade de Pirapora, no rio São Francisco, em 1922, e a Montes Claros, principal núcleo urbano da região, em 1926. Já a ligação rodoviária só se concretizou, em 1972, com a construção da BR 135, entre Montes Claros e Belo Horizonte.

Ao que tudo indica, a questão dos transportes foi, durante a Primeira República, um anseio permanente das diversas regiões de Minas Gerais. Acreditava-se que o transporte, especialmente o ferroviário, constituía a alavanca primaz do progresso. Sendo assim, não foi em vão que as elites de cada região se mobilizaram permanentemente em torno do assunto. As

lideranças norte-mineiras, diante das várias divergências políticas estaduais e federais, ponderavam, com extrema cautela, sobre o seu posicionamento. Pois, no jogo das barganhas da era das oligarquias, uma postura inconveniente poderia inviabilizar o tão acalentado sonho ferroviário, principalmente, para uma área distante e economicamente marginal no contexto econômico mineiro.

Em Montes Claros, os jornais locais moveram constante campanha para a construção da ferrovia. Em 1916, o semanário “O Montes Claros” publicou o artigo intitulado: “Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas”. Nele, o jornalista Antônio Ferreira de Oliveira (1916, p.01), em tom de apelo, explanava sobre os efeitos dos meios de transporte e das instituições de ensino para a promoção do progresso material e intelectual da região.

Todavia, as áreas que mais se beneficiaram com a construção das estradas de ferro foram as economicamente mais dinâmicas: a Zona da Mata e o Sul, áreas intimamente associadas à produção cafeeira. Tal situação, se por um lado favorecia o escoamento do principal produto do Estado e da nação, por outro aprofundava ainda mais o fosso das desigualdades regionais. Ao analisarmos especificamente o caso do Norte de Minas no quadro econômico do Estado, podemos perceber como esta região deteve, entre 1889 e 1930, uma participação marginal. Apesar de abranger uma boa parte do território mineiro, a região ficava distante e relativamente isolada das demais áreas. Além disso, desde a sua ocupação, o Norte apresentava condições climáticas, geográficas, econômicas e culturais que o aproximavam mais do Nordeste do que propriamente do Sudeste. Não obstante, estes aspectos, medidas político-administrativas acabaram “isolando” e inviabilizando o desenvolvimento e a irrestrita integração desse espaço ao restante de Minas.

Ocupada em fins do século XVII, em função da concessão de sesmarias a alguns dos dissidentes da bandeira paulista de Fernão Dias, a área

denominada de Norte de Minas se localiza acima do paralelo 19, na bacia do rio São Francisco. Como detentor de extenso território constituído por um tipo de vegetação rala e esparsa, além de terrenos calcários e salinos, o Norte apresentava condições propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva de corte e da agricultura de subsistência. Atividades de fácil desenvolvimento e, principalmente, de baixo custo. Os primeiros povoadores da região, inclusive, formaram grandes fazendas destinadas a estas atividades. Para alguns estudiosos, a economia norte-mineira representou, nos primeiros tempos, uma verdadeira extensão da área açucareira ao fornecer alimentos e gado aos engenhos nordestinos (RODRIGUES, 2000, p.114-117). Entretanto, com a descoberta do ouro na região Central de Minas, em fins do XVII, essas propriedades acabaram se especializando na produção de víveres para o mercado minerador. E, em função de caminhos pré-existentes, formou-se, entre o porto de Salvador-BA e a região do ouro, um verdadeiro circuito comercial alimentado por uma rede de núcleos urbanos e proto-urbanos disseminados pelo interior, especialmente por aqueles localizados no Norte Minas (MATA-MACHADO, 1991, p.37).

Na rota comercial que ligava a capital baiana à região mineradora, o produtor norte-mineiro assumiu posição privilegiada. De acordo com a historiadora Carla Maria Junho Anastasia (1993, p.42), a atividade pecuária conciliada à intermediação comercial possibilitou ao Norte um importante processo de capitalização resultante da acumulação dos metais preciosos auferidos nas transações comerciais. Ainda, segundo ela, o resultado imediato desses “descaminhos do ouro” foi a inevitável emergência de poderosos potentados, isto é, donos de extensas fazendas de gado capazes de reunir sob sua dependência considerável contingente populacional, formado tanto por escravos quanto por trabalhadores livres.

Estudos indicam que a mão de obra do Norte de Minas, da Colônia ao Império, se caracterizou pela associação de formas livres e cativas de trabalho. Estimativas do historiador Tarcísio Rodrigues Botelho (2000, p.355) apontam que, para 1838, o contingente escravo da região não era superior a um quinto da população. Situação bem diversa de outras áreas de Minas em que o índice apresentava cifras superiores. Portanto, o braço livre, porém dependente dos grandes senhores, composto por homens pobres como agregados, meeiros, camaradas, foiceiros e vaqueiros, detinha considerável importância no desenvolvimento das atividades econômicas. Em estudo recente, o historiador Laurindo Mékie Pereira observou que: “Ao lado das fazendas, [...] viviam vaqueiros, agregados, trabalhadores livres e escravos, que cultivavam milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar” (PEREIRA, 2007, p.34).

Durante a República a situação não foi muito diferente. Dados levantados pela geógrafa Elza Coelho e Souza (1951) sugerem que, até 1940, o elevado índice de concentração fundiária, conciliado ao baixo nível de exploração dos solos, tenha impellido à manutenção de formas de trabalho associadas e dependentes dos grandes fazendeiros. De acordo com ela, as propriedades no Alto São Francisco, mais precisamente nos municípios de Corinto, Curvelo, Abaeté e Martinho Campos, possuíam uma dimensão média de 400 hectares. Já no Alto-médio São Francisco, onde ficam cidades como Montes Claros, Pirapora e Januária, o tamanho das fazendas era de cerca de 250 hectares. Se compararmos os números dessas duas sub-regiões do Norte de Minas com os de outras áreas do Estado, podemos ter uma noção mais clara do elevado índice de concentração territorial, já que, na Zona da Mata e no Rio Doce o tamanho médio das propriedades era de 60 hectares e no Sul de 79.

Não obstante, os elevados números das dimensões das propriedades do Norte, a maior parte delas estava destinada à pecuária. Calcula-se que no Alto São Francisco mais 90% das áreas produtivas eram compostas por

pastagens. No Alto-médio, os números mudam um pouco, menos 70% de pastos e cerca de 6% de lavouras. Apesar de pequeno, este último número indica a existência de propriedades menores, dedicadas à agricultura de subsistência e ao abastecimento do mercado consumidor de Montes Claros (SOUZA, 1951, p.52; 49;58).

Por estes números podemos inferir que, dado o elevado índice de grandes propriedades, boa parte da população norte-mineira tenha realmente vivido sob a dependência dos latifundiários, seja como agregados, rendeiros ou lavradores. Ademais, fatores climáticos, como as secas, que periodicamente assolam a região, dificultam, sobremaneira, a sobrevivência econômica independente dos pequenos produtores.

As secas

Apresentando-se com regularidade, o fenômeno da secas acarretava enormes prejuízos às lavouras e ao rebanho bovino. Segundo o memorialista Hermes Augusto de Paula (1957), as pessoas mais abastadas, em geral comerciantes e grandes fazendeiros, preparavam enormes estoques de mantimentos capazes de lhes assegurar víveres até a regularização das chuvas e da produção alimentícia. Entretanto, entre os mais pobres a situação era desoladora. Segundo ele: “Uma possível falta de chuvas espalhava a miséria por todos os recantos, uma vez que a ausência de transportes rápidos não permitia a importação em tempo útil” (PAULA, 1957, p.75). Diante desta grave situação só restava aos mais humildes duas opções: pedir socorro aos senhores abastados ou migrar para o Sul. De acordo com os registros, todas as duas alternativas foram largamente utilizadas. Camillo Philinto Prates (1938), ao recordar a fazenda do avô, Coronel Francisco José Sá, um dos potentados norte-mineiros durante o Império, salienta que: “Nas quadras de carestia, que se sucediam sem grandes intervallos, a fazenda do Brejo do Cel. Sá, como lhe

chamava o povo, era o ponto procurado pelos necessitados e jamais deixou algum deles de encontrar o socorro que ia buscar” (PRATES, 1938, p.46-47). Ainda segundo ele, até mesmo os desafetos do coronel acabavam se rendendo às necessidades e pediam socorro: “uma grande secca, destruindo as plantações, puzesse em penúria a gente pobre do lugar. Simão era um desses sofrendores e as privações venceram sua nobre altivez” (PRATES, 1938, p.46).

Franciane Gama Lacerda (2006), ao estudar o fenômeno das secas no Brasil, ressalta que, desde o século XIX, a filantropia para com os flagelados do Nordeste poderia expressar mais do que preocupação com o “bem estar do próximo”, o ato de doar poderia indicar a posição social do indivíduo ao passo que também possibilitaria algum tipo de barganha política (LACERDA, 2006, p.180 apud NUNES, 2009, p.04). Todavia, foi apenas após a Constituição de 1891, que ampliou o direito do sufrágio, que o indivíduo humilde adquiriu condições de barganhar socorro durante os períodos de calamidade em troca do seu apoio político na forma do voto.

A alternativa de emigrar também foi muito utilizada. Conforme Wirth (1982), as estimativas apontam que apenas um município do extremo Norte, Tremendal (atual Monte Azul), teria perdido cerca de 60% de sua população, entre 1888 e 1889. Além disso, em 1908 pelo menos dois quintos da população remanescente já teria ido alguma vez para São Paulo, ou para outro ponto do Estado (WIRTH, 1982). A rota de migração se dava, mormente, em direção aos cafezais paulistas e da Zona da Mata mineira.

Embora a migração não fosse algo exclusivo do Norte, mas presente em todas as áreas de Minas, os números indicam que a sua ocorrência constante contribuiu para o decréscimo populacional da região. De 1872 a 1940, o Norte passou de 17 a 13% da população estadual. Enquanto isto, as outras áreas tenderam a manter níveis estáveis, a exceção do Leste, que cresceu, e do Centro, que refluíu.

A perda da mão de obra mineira, especialmente para São Paulo, preocupava as autoridades que viam a evasão de braços, para o Estado vizinho, como parte do que se denominava de “perda de substância” (WIRTH, 1982, p.68). Esta perda, que inicialmente se restringia ao campo demográfico e econômico, tendia a ser gradualmente perpassada para o político, já que, na República, a quantidade de deputados federais de cada Estado se dava com base no cálculo do contingente populacional de cada unidade da federação. Pode-se crer que zonas economicamente menos dinâmicas, a exemplo do Norte, tenham contribuído mais com essa “perda de substância mineira”. De modo análogo, em termos intraestaduais, pode-se considerar que houve também, um tipo de “perda de substância norte-mineira”.

De acordo com as análises do historiador Frederico de Castro Neves (2001), até 1930, as relações do governo com os retirantes sempre se deu de forma mal definida, ora atendendo aos costumes sertanejos, ora aos anseios do liberalismo oligárquico. Entretanto, para o governo federal a questão dos migrantes poderia ser equacionada pela ação do mercado de trabalho, evitando assim qualquer tipo de intromissão nas relações de dependência estabelecidas no sertão. Para o caso mineiro, a situação parece ser semelhante (NEVES, 2001).

Portanto, se, por um lado, com as secas, uma parcela da população se arriscava a tentar a vida em outras zonas, por outro, um considerável número de pessoas preferia ficar na terra natal, mesmo que sob o amparo dos grandes fazendeiros. Como visto, esta última situação não era nova, já que, em função da concentração fundiária, muitos já dependiam dos potentados para arrendar um pedaço de chão ou para exercer algum tipo de atividade que pudesse manter o sustento da família. Sendo assim, o coronel, o grande proprietário, aquele capaz de amparar o homem pobre em suas dificuldades, constantes ou sazonais, ganhava ainda mais dependentes, mas, sobretudo, prestígio social e político pelos socorros dispensados aos setores mais modestos da população.

Estagnação econômica e pobreza da elite de Montes Claros

No entanto, se em termos sociais, o coronel, notadamente o norte-mineiro, era um homem em gradual processo de fortalecimento, em termos econômicos a situação era bem diversa. Ainda por volta de meados do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou implementar algumas medidas que cerceassem os descaminhos do ouro para áreas como o sertão norte-mineiro. Dentre elas, destacavam-se a proibição do tráfego de produtos da Bahia para a região mineradora e a abertura de rotas comerciais em direção a novas áreas fornecedoras. Estas resoluções, além de alterarem profundamente os circuitos comerciais já estabelecidos no interior da capitania, acabaram provocando um relativo isolamento econômico do Norte de Minas. Marginalizada, a economia do Norte acabou adentrando num prolongado quadro de estagnação que só deu sinais de recuperação com a chegada da ferrovia a Montes Claros nos fins da década de 1920. Conforme Wirth, a região “seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios” (1982, p.43).

Portanto, se o Norte de Minas representou, até o século XVIII, um importante elo comercial entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, após este período, ele acabou se tornando um elo vazio, sem qualquer significado funcional entre as duas regiões. Para Tarcísio Botelho (2006, p.253; 249), o que se processou naquela zona foi um verdadeiro deslocamento do eixo econômico motivado tanto por medidas administrativas, destinadas a impor maior controle à área mineradora, quanto pela especialização em produtos que perderam mercado para concorrentes geograficamente melhor posicionados.

Segundo Anastasia (1993), ao contrário do que se possa pensar, a decadência econômica e o relativo isolamento a que o Norte de Minas foi

submetido não fizeram refluir a importância e autoridade conquistada pelos potentados. Muito pelo contrário, longe dos interesses e da fiscalização da Coroa portuguesa, a região se tornou terreno propício à afirmação do mandonismo dos grandes senhores de terra, principalmente no campo político. Assim, seja à frente das câmaras locais, seja comandando eleitores, fazendeiros e comerciantes se tornaram a principal classe dirigente regional.

Na verdade, ao longo de todo o século XIX, um conjunto de fatores possibilitou a ascensão de Montes Claros como o principal centro político e econômico do Norte de Minas. Dentre os principais se encontra o deslocamento do eixo comercial da região, já que a perda de dinamismo da economia baiana, registrada nos oitocentos, conciliada com a chegada da família real ao Rio Janeiro, em 1808, e a ascensão da cafeicultura na Zona da Mata mineira fortaleceram as trocas comerciais com o Sudeste, em detrimento das do Nordeste. Assim, as cidades às margens do São Francisco, entrepostos naturais do comércio com a Bahia, perderam importância para Montes Claros, cidade melhor posicionada na rota das transações econômicas com as áreas do Sul do país.

No entanto, voltar a integrar um circuito comercial com o Sudeste não significou que a condição socioeconômica da zona setentrional de Minas tivesse apresentado melhoras. As bases agropecuárias, sustentáculos da política tradicional, se mantiveram vigorosas, até pelo menos a década de 1960. Isto também não quer dizer que a elite norte-mineira tenha sido refratária ao desenvolvimento e às oportunidades industriais. Pelo contrário, as principais famílias políticas de Montes Claros, especificamente a “Chaves, Prates e Sá” e a “Alves, Versiani e Veloso”, foram pioneiras em experiências fabris na região. As iniciativas industriais surgiram, principalmente durante a República; no entanto, a maior parte dos empreendimentos era de pequeno porte e se voltava para o abastecimento do mercado local.

Contudo, apesar da realização de empreendimentos a situação socioeconômica de Montes Claros e do Norte de Minas, de um modo geral, pouco se alterou durante a primeira fase do regime republicano (1889-1930). Em termos econômicos, o Norte se mantinha muito distante das demais áreas do Estado. Para se ter uma ideia, nos dados compilados por Wirth (1982) sobre as 12 principais rendas municipais de Minas Gerais, entre 1889 e 1937, Montes Claros não apareceu sequer uma vez. Apenas Diamantina foi classificada em uma oportunidade, em 1889, com a décima colocação.

Ainda que o setor produtivo norte-mineiro tenha demonstrado uma tendência à diversificação, ao longo das primeiras décadas do século XX, e a arrecadação de Montes Claros tenha crescido, pode-se crer que a maior riqueza dos indivíduos da região se concentrava na posse de terras, e não em qualquer outro tipo de investimento ou capital. Afinal, diversos fatores cerceavam maiores investimentos na produção fabril, a exemplo da falta de créditos, de energia e de vias de escoamento da produção. Ademais, a principal atividade, a pecuária, apesar das perdas advindas pelas adversidades climáticas, por exigir baixos investimentos e conhecimento técnico, continuava a ser o negócio mais fácil e seguro.

A própria elite montesclarenses, formada essencialmente pelas parentelas “Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, não detinha grandes recursos, em comparação com as elites de outras regiões. E, apesar de possuírem propriedades, de montarem indústrias e de estarem historicamente associadas às lides do campo, a dificuldade em bancar a formação intelectual dos filhos destas famílias demonstrou como a falta de dinheiro afetava, até mesmo, os grupos mais importantes da região.

Latifúndio, poder e pobreza eram, portanto, elementos que, no sertão norte-mineiro, andavam lado a lado. E, se a falta de recursos comprometia, até mesmo, as ambições da elite regional, pode-se imaginar o quanto era difícil a

vida dos estratos inferiores da população. Camada esta que sofria, de maneira mais intensa, com as secas e que não tinha outra saída a não ser apelar para a limitada capacidade de assistência dos coronéis destas famílias. Wirth afirma que: “a amarga pobreza dessas cidades isoladas [do norte] é descrita como um fato fixo, rotineiro. Na sociedade tradicional, o abismo entre ricos não se tratava de um desafio; servia antes para aumentar e legitimar a ordem social” (WIRTH, 1982, p.119).

Portanto, embora não detivessem grandes recursos, o potencial de prestar favores e de cooptar adeptos, em virtude de suas posses e de seu prestígio, possibilitavam aos coronéis e às suas famílias denotada projeção política. O caso de Montes Claros, com suas parentelas economicamente frágeis, só vem ilustrar e reforçar a tese de Leal (1986) de que o coronelismo nada mais foi do que o resultado de uma situação paradoxal. Situação em que a fragilidade do antigo e exorbitante poder privado dos potentados e de suas famílias se defrontou com tempos novos, marcados pelo processo de fortalecimento da estrutura do poder público.

Conflitos coronelistas e parentelares em Montes Claros

Os elevados índices de concentração fundiária e o atraso econômico regional foram propícios ao desenvolvimento das relações coronelistas no Norte de Minas Gerais. A dependência financeira de grandes parcelas da população a homens mais abastados foi fundamental para manter na cena política velhos líderes estabelecidos na região com suas famílias. Em Montes Claros, pouco após a Proclamação da República, os antigos monarquistas se articularam e passaram a comandar os cargos políticos da cidade até 1930, tal como durante o Império.

“Chaves, Prates e Sá” e “Alves, Versiani e Veloso”, por toda a Primeira República se revezaram no controle político de Montes Claros, em

meio a lutas, tiroteios e muita perseguição. Não que a população da cidade fosse violenta, na verdade o próprio funcionamento do arranjo político coronelista trazia elementos propensos ao embate. Afinal, a cada eleição apenas uma das facções, a vencedora, se tornaria tributária dos favores, empregos e demais benefícios ofertados pelo governo estadual, dentre os quais, a famosa “carta branca”. Este último e valioso instrumento era extremamente útil, tanto na concessão de favores aos aliados políticos locais e regionais, quanto na ação contra os adversários. Por meio dela, o governo estadual atendia às indicações de emprego dos coronéis, deslocava autoridades judiciais e policiais e fazia vista-grossa às ameaças e perseguições promovidas contra os competidores. Em troca, a situação municipal conferia fidelidade e votos ao governador e à máquina partidária estadual. Em seus estudos sobre o coronelismo no Rio de Janeiro, a historiadora Surama Conde Sá Pinto salienta o papel das eleições, mas, sobretudo do voto como uma importante moeda de troca e, apesar das fraudes constantes, ele possuía denotado valor para os sujeitos envolvidos com o jogo oligárquico (PINTO, 1998, p.03).

Portanto, no sistema coronelista, cada pleito era potencialmente violento, já que a única maneira de se tornar “situação” era pela vitória, seja por vias legais ou não. Em Montes Claros, os dois grupos de parentela rival disputavam o mesmo espaço, os mesmos cargos e as mesmas sinecuras. Deste modo, embates violentos no âmbito municipal foram invariavelmente frequentes. E, não por acaso, a cidade acabou cindindo entre suas duas principais lideranças: os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves. Cada qual, chefe de um dos grupos de parentela.

A cisão, ocorrida em 1897 por divergências em torno da localização da construção do mercado municipal, apenas ratificou uma antiga disputa familiar advinda desde os tempos do Império. A partir de então, a política local se deu em torno dos denominados Partidos “Camilista” e “Honoratista”, ou entre os

partidos de “Cima” e de “Baixo”, como também eram conhecidos. Estes últimos cognomes constituíam alusões à região da cidade onde se localizava a residência de cada um desses chefes. Conforme observações da cientista política Evelina Antunes Fernandes de Oliveira, “o personalismo é, desde esta época, um traço marcante da política. Em torno de certas personalidades se organizam os grupos e definem suas linhas de ação. Do enfrentamento entre eles [...] resultaram alguns mortos e feridos” (OLIVEIRA, 2000, p.41).

De fato, em Montes Claros, não foram poucos os casos de perseguição a adversários e de remoção de funcionários públicos empossados por rivais. Em meio às várias edições dos jornais locais, “Montes Claros” e “Gazeta do Norte”, é fácil encontrarmos referências às demissões e deslocamento de professores, telegrafistas e autoridades policiais e judiciárias. De acordo com dados publicados pela “Gazeta”, nos quadriênios de 1918 a 1922 e no de 1926 a 1930, ambos dirigidos pelo médico João José Alves, foram removidos da cidade cerca de 32 pessoas. Destas, 24 exerceram os cargos de juiz, promotor ou delegado e, outros oito, o de telegrafistas. Ainda conforme o jornal, em muitas das vezes o motivo da perseguição eram divergências políticas ou causas banais ligadas, essencialmente, a algum tipo de insatisfação da família que estava no comando municipal.

Se tivéssemos tido acesso ao montante das transferências de funcionários públicos que passaram por Montes Claros, entre 1889 e 1930, com certeza, o número seria extraordinário. Contudo, as 32 remoções, efetivadas num intervalo de oito anos, por si só, consistem numa quantia bastante elevada e condizente com as pugnas partidárias montesclarenses. Conforme Leal, os chefes locais, quando gozavam das graças do governo do Estado, estavam em reais condições de fazer tanto o bem quanto o mal. E o funcionalismo público, seja ele municipal, estadual ou federal, estava inexoravelmente sujeito aos ditames e humores instáveis dos coronéis (LEAL, 1986, p.44).

Todavia, como uma cidade cindida e em constante disputa política, nem sempre as demissões e remoções do funcionalismo se deram de modo simples e passivo. Em várias ocasiões, manifestos pela imprensa e abaixo-assinados foram promovidos pela corrente política adversária com o intuito de tentar suspender os atos efetivados contra algum funcionário. Em uma destas ocasiões, a demissão de dois empregados da Câmara Municipal de Montes Claros foi o estopim de todo um processo de alterações e arbitrariedades que acabou resultando na denominada “Dualidade de Câmaras”.

Este evento local, típico das disputas coronelistas interioranas, ocorreu em 1915 e teve como pano de fundo as eleições municipais. Ao final daquele ano, completava-se o quadriênio governamental da legislatura (1911-1915) presidida pelo Coronel Joaquim José Costa, um dos membros da parentela “Chaves, Prates e Sá”. A chegada do Coronel Costa à presidência da Câmara, em 1911, se deu após um longo período de cerca de 19 anos consecutivos de presidência da família “Alves, Versiani e Veloso”. Talvez por isso, a eleição realizada ao término de seu mandato tenha sido tão disputada.

Na verdade, não só a campanha, mas todo o processo eleitoral, inclusive, o de contagem dos votos foi marcado por tensões. Estas acabaram se avolumando ainda mais com a decisão do Coronel Costa de demitir dois funcionários. Em torno das demissões, a parentela “Alves, Versiani e Veloso” fez várias manifestações, dentre elas a publicação no “Montes Claros” de um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas e de vários atestados de boa conduta dos homens demitidos (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1916, p.3-5).

Todavia, a guerra já estava travada. Segundo Paula: “a apuração foi feita por duas juntas, e ambos os partidos se consideraram vencedores. Formaram-se então duas Câmaras, funcionando no mesmo prédio em salas diferentes. Ambas no início de suas atas diziam: A Câmara legal...” (PAULA,

1957, p.170). Diante do impasse, o governo estadual determinou que o mandato do Coronel Joaquim Costa fosse estendido por mais um ano, até 1917, para que houvesse tempo das partes em litígio chegarem a um acordo (UM JULGADO DA RELAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO, 1916, p.01).

No entanto, o ano de 1916 começou ainda mais tenso, isto porque motivos de saúde levaram o Coronel Joaquim Costa a se ausentar da cidade por dois meses. Em sua ausência, o cargo de Presidente foi transferido a Américo Pio Dias, seu correligionário e vereador. A decisão provocou alarde, pois, de acordo com a oposição, pela legislação, o cargo deveria ter sido passado ao então Vice-Presidente, Marciano Alves Maurício, membro da parentela “Alves, Versiani e Veloso”.

Não bastasse a quebra da ordem hierárquica institucional, os empregados da Câmara ainda proibiram o Vice-Presidente e os vereadores da oposição de se reunirem no edifício da edilidade. Esta situação só foi contornada por um *habeas-corpus* impetrado pelo juiz da comarca. Contudo, antes que o Vice-Presidente tomasse posse da Câmara, os funcionários correligionários do Coronel Joaquim Costa procederam à retirada dos arquivos (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1916, p.3-5).

Assim, por praticamente todo o ano de 1916, Montes Claros vivenciou uma dualidade de Câmaras que produziu situações curiosas. No mercado municipal, por exemplo, havia duas balanças e duas tesourarias, cada uma responsável pelos impostos de suas respectivas edilidades (PAULA, 1957, p.170). Embora esta duplicata seja algo interessante e aparentemente inusitado, era comum, durante a Primeira República, que impasses políticos tivessem o mesmo rumo. Em São Francisco, outra cidade do Norte de Minas, também em 1916, ocorreu situação muito semelhante. E em alguns Estados do país até mesmo duplicatas de assembleias legislativas e de presidências de Estado aconteceram (VISCARDI, 2001, p.34).

Em meio a disputas deste tipo a população montesclarenses assumia um papel especial. Como visto, o elemento político agia em Montes Claros como forte instrumento de desagregação social, ao colocar em lados opostos conterrâneos que só se distinguiam, na maioria das vezes, pelo local de sua residência e de seus respectivos chefes políticos. Na verdade, nem todos os cidadãos, mesmo os da sede do município, eram eleitores. Todavia, passaram a compartilhar cotidianamente, assim como a elite política, das divergências, das lutas, das campanhas e das provocações aos rivais. Era, sem dúvida, uma forma da população de integrar um dos lados e de não estar desamparado no fogo cruzado.

O fato, na verdade, não constitui algo de todo incomum. Vários são os estudos de caso sobre o poder local que identificam a formação de grupos faccionais rivais estruturados em parentelas. O historiador José Murilo de Carvalho, por exemplo, identificou em Barbacena/MG situação semelhante à de Montes Claros (CARVALHO, 1966). O próprio Victor Nunes Leal, ao analisar a rivalidade dos coronéis, ressaltou que a hostilidade entre os grupos se manifesta de variadas formas, mas, principalmente, na ausência de relações sociais (LEAL, 1986). No mesmo viés analítico, a historiadora Leticia Bicalho Cândido (1994) também identificou na cidade de Muriaé/MG o mesmo padrão político bifaccional. Para ela, a divisão era algo essencial ao jogo político, pois era das tensões habilmente manipuladas pelos chefes que os grupos retiravam boa parte do seu poder e constituíam uma cultura própria pautada na organização política bipartidária (CÂNEDO, 1994, p.32).

Por este viés, a constituição bifaccional não pode ser compreendida apenas como o reflexo de condicionantes internos e externos à comunidade, mas também, como fruto de uma cultura política² historicamente construída

² No que se refere à Cultura Política, utilizamos o conceito do historiador Jean-François Sirinelli que afirma se tratar de “[...] uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (SIRINELLI, 1992, p.III-IV).

com base na percepção do rival, na violência e na luta pelo e para o poder. As rivalidades de família e todos os mais variados símbolos que distinguiam e opunham os adversários eram referentes de uma cultura política amplamente compartilhada pela comunidade e gestada, em boa medida, nas condições do sistema coronelista. O fato é que a própria estrutura das sociedades interioranas, marcadas por profundos laços de solidariedade vertical, propiciava a rápida difusão dos valores e dos padrões de conduta esperados pelos políticos dos seus eleitores e correligionários. Assim, muitas vezes, apesar de não saberem e não compreenderem a origem das disputas, tanto o jeca que vivia na roça, quanto o cidadão humilde, a elas se integravam, defendiam com cólera os seus coroneis, se identificavam enquanto integrantes do séquito de um dos lados. Além disso, alteravam profundamente seu círculo de relações sociais com base tanto na orientação faccional quanto na sua cultura política.

Por fim, a resolução da “Dualidade de Câmaras” em Montes Claros só adveio em fins de 1916, após intervenções do governo estadual no sentido de selar um acordo entre as partes. Todavia, logo após o fatídico resultado das eleições, o então governador Delfim Moreira, em carta ao deputado Camillo Prates, já demonstrava sua disposição em resolver o impasse. Segundo ele:

Sou francamente contrário ao foguileo político dos municípios, e nunca cooperei para se pôr mais lenha na fogueira. Valia bem ter tentado medidas preventivas para evitar estas cousas e eu as tentaria, si tivesse sido avisado em tempo. O amigo é um nome feito e estimável e não precisareis entrar nestas cousas para se manter na política do Estado. Lamentei, pois, o caso político de Montes Claros e acho que a única solução que consulta interesses do município é uma organização de accordo sem sacrifício de ninguém, e nem da verdade eleitoral. Isto satisfazera feito conservador do governo. O amigo deve pensar e propor umas bases. Completamente isento e desejando sinceramente a paz do município e a sua grandeza, eu entrarei nisto, com prazer, desde que houvesse oportunidade e possibilidade de se fazer alguma cousa (MOREIRA, 1915).

Pela fala de Delfim Moreira algumas questões relativas à estrutura política coronelista ficam patentes, sobretudo, a referente à necessidade dos líderes de vencerem as eleições locais para se manterem atuantes nos quadros

políticos do Estado. Já que, a derrota, poderia colocar o chefe e sua facção no ostracismo, mas, em contraponto, embates violentos poderiam advir em qualquer eleição.

Em Montes Claros, o fim do impasse foi realmente o acordo. Os chefes de cada parentela, os deputados federais Camillo Philinto Prates e Honorato José Alves, juntamente com o Senador Francisco Sá e os Deputados Manuel Fulgêncio Alves Pereira e Afrânio de Melo Franco, se reuniram, em 30 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, para definir as bases do armistício. Pelo acordo, ainda naquele ano, seria realizada uma nova eleição para a Câmara Municipal.

Selado o armistício entre os líderes no Rio de Janeiro, em 02 de outubro de 1916, foi a vez dos chefes em Montes Claros se entenderem. Em reunião, os coronéis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates buscaram formas de viabilizar as eleições previstas no acordo. Conforme observações do historiador César Henrique de Queiroz Porto (2002), as eleições que se procederam foram apenas o ritual de uma mera formalidade, pois os cinco vereadores foram eleitos com a mesma quantia de votos. Em sua opinião, esse dado ratifica o papel da eleição como algo “indispensável para dar um caráter de lisura e honestidade ao pleito. A eleição passava uma imagem de retidão e encobria a fraude, tornando-a não visível, escondida” (PORTO, 2002, p.66).

Apesar dos apelos feitos pelo Governador Delfim Moreira, de que não fosse sacrificada a verdade eleitoral, o acordo possuía uma brecha à fraude, pois, previa que na disputa pela presidência, em caso de empate, valeria a sorte. E o empate aconteceu, entre o capitão João Cattoni Pereira da Costa e o doutor João Alves. Realizado o sorteio, o nome apurado foi o de João Alves. Houve protestos e descobriu-se que em todos os dois papéis sorteados constava o mesmo nome. Segundo Paula, as manifestações de nada valeram e “o Governo do Estado concordou com a presidência de João Alves” (PAULA, 1957, p.170).

É interessante ressaltar que a presença de líderes políticos federais na construção do acordo traz à tona uma interessante demonstração de como estava estruturado o sistema coronelista. Chefes locais, em geral fazendeiros, eram tributários de líderes regionais, via de regra, homens mais instruídos e detentores de cargos de deputação estadual ou federal. Estes, por sua vez, se subordinavam diretamente aos próceres da política do Estado e da nação. Segundo as observações de Leal: “em todos esses graus da escala política impera [...] o sistema da reciprocidade e todo o edifício vai assentar na base, que é o “coronel”, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários” (LEAL, 1986, p.44).

Não obstante, a hierarquia e operosidade da estrutura coronelista, o caso de Montes Claros ainda demonstra como os grupos de parentela se adaptavam bem a este intrincado sistema político. Do lado dos “Chaves, Prates e Sá”, as bases eram dirigidas pelos coronéis José Rodrigues Prates e Joaquim Costa, ambos parentes do Deputado Federal Camillo Prates. Já o Senador Francisco Sá era primo do referido deputado. Do lado dos “Alves, Versiani e Veloso” quem atuava como chefe local era o doutor João José Alves, irmão do Deputado Federal Honorato Alves. Este, por sua vez, era cunhado do Deputado Afrânio de Melo Franco. Portanto, como bem analisou o historiador Cid Rebelo Horta, em seu estudo acerca das famílias governamentais de Minas Gerais, os grupos de parentela do Estado estiveram, por muito tempo, intimamente presentes e atuantes em todas as esferas político-administrativas.

Ambos os grupos de parentela tiveram boa participação no cenário político. Todavia, nos cargos de representação, sobretudo os federais, “Chaves, Prates e Sá” detiveram maior participação. Um dos motivos, para esta predominância pode ser buscada no amplo raio de atuação desta família,

pois, nos fins do século XIX, alguns dos membros desta parentela se deslocaram para região Nordeste de Minas. Lá, o grupo estabeleceu novas bases de apoio (REBELO HORTA, 1986, p.136).

Em contraponto, os “Alves, Versiani e Veloso” se mantiveram firmes nos arredores de Montes Claros e tiraram a sua diferença política, em termos de cargos, com o controle da Câmara Municipal, por longos períodos. Assim, em toda a Primeira República, o grupo ocupou a presidência da edilidade por nove vezes, totalizando cerca de 23 anos de governo. Destes, pelo menos 18 se deram nas duas primeiras décadas republicanas. Para Porto, “a década de 1910 [...] mostrava o predomínio indiscutível dos irmãos Alves na política de Montes Claros. Honorato Alves possuía a deputação federal e representava o seu grupo na capital federal. Em Montes Claros, seu irmão cuidava da base política e mais [de] uma vez comandaria a edilidade municipal” (PORTO, 2002, p.79”).

Os anos 20 estabeleceram-se um intervalo de paz com a realização de um novo acordo e a eleição de um candidato de conciliação. A ideia era unir forças com o propósito de obter para a cidade um grande benefício: a construção da ferrovia. O panorama político na ocasião era propício, já que um mineiro, Artur Bernardes, era o Presidente da República e, um norte mineiro, Francisco Sá ocupava o Ministério da Viação. Ademais, de 1922 a 1924, o Deputado Honorato Alves integrou a Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados. O momento, portanto, era oportuno. E, por isso, em torno da causa as facções locais buscaram o congraçamento e elegeram como administrador local um nome de conciliação.

Considerações Finais

Latifúndio, família e poder foram os principais elementos que consubstanciaram, por todo o país, um arcabouço político eminentemente tradicional e elitista. Neste complexo, implantado ainda na Colônia, a grande

maioria da população era mantida à margem de qualquer decisão político-administrativa. Na verdade, não poderia ser de outra forma. Vivendo predominantemente no campo, alheio a qualquer instituição política, e na dependência econômica dos potentados, não restava outra alternativa ao cidadão comum do que o de se manter sempre fiel e cordato ao chefe. Esta situação foi propícia à manutenção do poder, em seus mais variados tipos e graus hierárquicos, na mão de denotados grupos político-familiares.

Em Minas Gerais, assim como em todo o país, uma verdadeira elite oligárquica foi formada por importantes grupos de parentela, que se estendiam por amplas regiões do Estado. Com a proclamação da República as bases político-federativas do novo regime, somadas à extensão do sufrágio, possibilitaram o surgimento de um intrincado arranjo político que ia das bases locais até a presidência da República, isto é, do coronelismo.

Ao analisarmos o panorama político e econômico do Norte de Minas e, especificamente o de Montes Claros, tivemos a oportunidade de observar como as condições desta região foram propícias ao florescimento do coronelismo. Pobre, distante, castigada por secas periódicas e ocupada por vastos latifúndios controlados por famílias de potentados, a área setentrional do Estado passou a ser vista como a terra dos coronéis. Homens que não se abstiveram de variadas estratégias e acirradas pugnas familiares para se manterem sempre no poder e sob as graças do Partido Republicano Mineiro. Apesar da parca produção historiográfica recente sobre o coronelismo, as análises que efetuamos nos possibilitam melhor compreensão sobre deste fenômeno em uma área periférica de um dos principais Estados da federação. Ademais, nos permitiu apreender como a disposição de forças das facções de Montes Claros estava bem articulada no sistema coronelista. E, não invariavelmente, a dimensão da violência se fez presente em disputas locais eivadas de rivalidade, provocação e estratégias.

Referências

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: um protesto. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros, Ano I, n. 2, 18 maio. 1916. p.3-5. [Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros].

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco*. Belo Horizonte, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais.

BOTELHO, Tarcísio R. Circuitos econômicos regionais, um olhar a partir da periferia. In: ALEMIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p.239-255.

BOTELHO, Tarcísio R. Demografia e família escrava em Montes Claros no século XIX. In: OLIVEIRA, Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p.347-428.

CÂNEO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: Parentesco e poder. *Texto de História*. Brasília, v. 2, n. 3, 1994. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5753/4760>>. Acessado em: 27 abr. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a família, a política e uma hipótese*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 20, p. 125-193, jan. 1966.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2. p. 1-22. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acessado em: 27 abr. 2012.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*. Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.11-14, 1983.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARTINS FILHO, Amílcar. *A economia política do café com leite: 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MOREIRA, Delfim. *Carta para Camillo Philinto Prates*. 04 dez. 1915. [Arquivo Público Mineiro. (Arquivo Camilo Filinto Prates). Caixa 01, pacotilha 03, documento 04].

NEVES, Frederico de Castro. *Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000100006>>. Acessado em: 28 jun. 2012.

NUNES, Francisvaldo Alves. Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Ano 1, n.1, 2009.

OLIVEIRA VIANA, Francisco. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 2v.

OLIVEIRA, Antônio Ferreira. Um ponto de partida: precisamos de dois elementos apenas. *Montes Claros: Semanário Independente, Literário e Noticioso*. Montes Claros, Ano I, n.13, 03 ago. 1916. p. 1. [Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros].

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo, 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando “velhas” questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República*. In: *Anais do VIII Encontro regional de história*. Vassouras: ANPUH/RJ, 1998.

POLÍTICA DO MUNICÍPIO. *Montes Claros*: Semanário Independente, Literário e Noticioso. Montes Claros, Ano I, n. 2, 12 out. 1916. p.02. [Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros].

PORQUE NÃO PARAM AS AUTORIDADES. *Gazeta do Norte*. Montes Claros, Ano XII, n.719, 19 abr. 1930. p. 1-4. [Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros].

PORTO, César Henrique Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência*: o campo político Norte-Mineiro durante a Primeira República. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

PRATES, Camillo Philinto. O coronel Francisco José de Sá. In: SÁ, Carlos (Org.) *Francisco Sá: reminiscências biographicas*. São Paulo: Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

REBELO HORTA, Cid. Famílias Governamentais de Minas Gerais. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, ano 1, n.2, p.111-142, maio./ago. 1986.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p.105-172.

SIRINELLI, Jean-François. *Historie des droites*. T.2. Cultures, Paris: Gallimard, 1992.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 47-70, jan./mar. 1951.

UM JULGADO DA RELAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO. *Montes Claros*: Semanário Independente, Literário e Noticioso. Montes Claros, Ano I, n.2, 18 maio. 1916. [Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Universidade Estadual de Montes Claros].

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. (Horizontes Históricos).

WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.